

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE TOBIAS BARRETO

Comissão Especial De Licitação

REF: TOMADA DE PREÇOS 04/2022

RECURSO ADMINISTRATIVO

Prezados senhores,

A empresa FTL CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA-ME, inscrita no CNPJ: 37.127.452/0001-48, por intermédio de seu representante legal, o(a) CLAUDIA MARIELLE DE JESUS SANTOS, portador(a) da Carteira de Identidade nº 4.051.812-4 SSP/SE e do CPF nº 079.281.465-76, residente a Rua da Nação, Nº 11A, Centro, Pedrinhas/SE, vem por meio desta, nos autos do processo em epígrafe (ref. TOMADA DE PREÇOS Nº 04/2022), apresentar seu RECURSO ADMINISTRATIVO, com base na alínea "a" do inciso 1 do artigo 109 da Lei nº 8.666/93. Manifestar-se contraria a decisão desta respeitosa comissão, analisando as razões e mostrando coesão em seus argumentos.

I. RESUMO DOS FATOS

Trata-se de licitação instaurada no âmbito da PREFEITURA MUNICIPAL DE TOBIAS BARRETO, intitulada Tomada de Preços 04/2022, cujo objeto consiste na ATA DA SESSÃO, PARECER E RELATÓRIO DE JULGAMENTO DA CEL DA TP 04/2022, referente a - Contratação de empresa especializada, no ramo de engenharia, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA CONCLUSÃO DA OBRA DE REFORMA DO MEMORIAL TOBIAS BARRETO DE MENEZES NA SEDE DO MUNICÍPIO, CONFORME CONTRATO DE REPASSE MTUR 846880 (OP. 01037663-43), ESTADO DO SERGIPE, na qual a esta comissão verificou alguma situação relevante, assim observando que a empresa, FTL CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA-ME é citada no parecer técnico do julgamento da Proposta de Preços:

"Com relação à licitante FTL CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA-ME,

Em análise a equipe de engenharia constatou inconformidades na alíquotas calculadas para PIS, COFINS E ISS, de acordo com a RBT12, assim solicitamos esclarecimentos acerca do BDI apresentado em inconformidade, assim prestado o esclarecimento acerca das alíquotas dentro do prazo, ainda continuaram em inconformidades, sendo assim mantendo a desclassificação, e prazo recursal.



RAZÕES DO RECURSO

II. DA TEMPESTIVIDADE DO RECURSO

O art. 109. Inciso 1, alíneas “a” da Lei de Licitações e Contratos reza que:

“Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

a) habilitação ou inabilitação do licitante;

b) (...)”

Observa-se, portanto, que o prazo recursal é de 05 dias úteis, pelo que devem ser extirpados de sua contagem os feriados, sábado e domingo.

III. DO MÉRITO RECURSAL

A) FTL CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA-ME

1) A empresa foi JULGADA no certame referente a TOMADA DE PREÇOS 04/2021:

Após “análise dos argumentos apresentados por esta comissão, apresentamos como base o disposto no Acórdão 2546/2015 – Plenário:

“A existência de erros materiais ou de omissões nas planilhas de custos e preços das licitantes não enseja a desclassificação antecipada das respectivas propostas, devendo a Administração contratante realizar diligências junto às licitantes para a devida correção das falhas, desde que não seja alterado o valor global proposto. Cabe à licitante suportar o ônus decorrente do seu erro, no caso de a Administração considerar exequível a proposta apresentada.”

“Não restando configurada a lesão à obtenção da melhor proposta, não se configura a nulidade do ato. Erro no preenchimento da planilha de formação de preço do licitante não constitui motivo suficiente para a desclassificação da proposta, quando a planilha puder ser ajustada sem anecessidade de majoração do preço ofertado.”

“É possível o aproveitamento de propostas com erros materiais sanáveis, que não prejudicam o teor das ofertas, uma vez que isso não se mostra danoso ao interesse público ou aos princípios da isonomia e da razoabilidade.”



Há aqui um choque de entendimentos entre a aplicação do julgamento objetivo e do princípio da vinculação ao instrumento convocatório de um lado e a busca da proposta mais vantajosa e necessidade de utilização do formalismo moderado de outro, onde via de regra, aplica-se o primeiro entendimento.

Porém, considerando que o tribunal de Contas da União vem adotando o entendimento pela possibilidade de correção da planilha durante a licitação. Condicionando que essa modificação não aumente o valor total já registrado na licitação.

Sobre o assunto, o voto do acórdão 4.621/2009-2C é esclarecedor, inclusive contendo exemplo aplicável a situação analisada, em que se avaliou o aproveitamento de proposta com erro de preenchimento de planilha cuja correção não acarretou aumento do valor ofertado, uma vez que coberta por diminuição na margem de lucro da empresa. (TC 013.754/2015-7 Plenário).

A existência de erros materiais ou emissões nas planilhas de custos e preços das licitantes não enseja a desclassificação antecipada das respectivas propostas devendo a administração contratantes realizar diligências junto as licitantes para a devida correção das falhas, desde que não seja alterado o valor global proposto. (ACORDÃO 2.546/2015-Plenário)

Erro no preenchimento da planilha de formação de preço do licitante não constitui motivo suficiente para a desclassificação da proposta, quando a planilha puder ser ajustada se a necessidade de majoração do preço ofertado. (Acórdão 1.811/2014-Plenário)

IV. DO OBJETIVO

Sendo assim, em acordo com o que está disposto acima, encaminhamos em anexo junto ao mesmo BDI corrigido junto a DECLARAÇÃO E EXTRATO DO SIMPLES NACIONAL com os últimos 12(doze) meses de faturamento e ALIQUOTAS para verificação de porcentagens acerca de veracidade do nosso BDI. , reforçamos a nossa responsabilidade com a administração no que diz respeito à execução da obra, assumindo qualquer ônus por todo e qualquer erro material, pois, não causará nenhum dano ao interesse público, conforme já foi analisado pela honrosa comissão.



Diante do que foi exposto, tendo em vista que atendemos todos os requisitos exigidos, solicitamos que a empresa **FTL CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA**, seja mantida como a ganhadora do certame, pois, foi a que apresentou a proposta mais vantajosa para a Administração, requer-se o provimento da presente contrarrazão com efeito para:

- Determinar à Comissão de Licitação que perpetue tal julgamento, desconsiderando os apontamentos feitos e mantendo a empresa **FTL CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA-ME** como ganhadora do certame, com base no que já foi exposto

Em caso de prosperar outro entendimento por parte deste Digno Presidente da Comissão de Licitação, requer seja o presente encaminhado à apreciação da autoridade superior do órgão licitante, para que, em última análise, decida sobre seu mérito, em conformidade com o § 4º, do art. 109, da Lei Federal nº 8666/93. Sejam providas, em todos os seus termos, a presente contrarrazão, e por isso mesmo atendidos os pedidos feitos, como forma de imposição e prevalência da lei, da doutrina e dos princípios da moralidade administrativa, a ampla defesa, a legalidade e a publicidade. Por fim, seja devidamente motivada a decisão tomada, caso se entenda pelo provimento do Recurso, devendo o julgador apontar os fundamentos de direito e de fato, conforme determinado pelo Princípio da Motivação dos Atos e Decisões Administrativas.

V. CONCLUSÃO

Em vista de todo o exposto, restando comprovada a total clareza dos fatos e alegações da recorrente, é que vimos respeitosamente perante esta comissão, pedir e esperar, que seja aceito Provimento ao presente recurso, e com manutenção da decisão desta Comissão.

Pede Deferimento.

Pedrinhas/Se, 22 de Agosto de 2022.



Claudia Marielle de Jesus Santos
Sócio Administrador
4.051.812-4 SSP/SE